

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PROVA BRASIL E A FORMAÇÃO DO SUJEITO-ESCOLARIZADO

Verônica Silva de Albuquerque*
veronicaalbu@hotmail.com
Amilton Flávio Coleta Leal**
amiltonflavio@hotmail.com
Cristiane Pereira dos Santos***
cris_tanyinha@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho, filiado à Análise de Discurso de Linha Francesa, pretende discutir a institucionalização da Avaliação denominada “Prova Brasil”, enquanto política pública legitimada pelo Estado e pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica. Desta forma, objetivamos compreender e analisar a legislação que institui a Prova Brasil e a constituição do sujeito escolar na sua relação com o Estado, sobretudo, a formação do sujeito escolarizado decorrente destas práticas avaliativas. As análises nos fizeram olhar para um lugar de contradição na forma de assegurar a educação através do controle de notas. Observamos, ainda, que o Estado detém um discurso voltado para a melhoria da qualidade da Educação Básica, entretanto, a repercussão dos resultados estatísticos dá a ler um discurso que não corrobora para o desenvolvimento dos estudantes brasileiros, sobretudo para o avanço no processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: discurso; educação básica; prova Brasil; políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, nos inscrevemos na perspectiva da Análise de Discurso Francesa, desenvolvida por Pêcheux, e por Eni Orlandi no Brasil. Utilizamos os conceitos de forma-sujeito e historicidade, enquanto dispositivos teórico-metodológicos, a fim de refletirmos sobre as discursividades que constituem as Matrizes de Referência, enquanto políticas públicas de ensino, que subsidiam a Avaliação da Educação Básica, denominada Prova Brasil, enquanto avaliação constitutiva do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

De acordo com o site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o objetivo inicial da presente avaliação é realizar um diagnóstico do sistema educacional brasileiro e de alguns fatores que possam interferir no desempenho do aluno, fornecendo um indicativo sobre a “qualidade” do ensino que é ofertado. Posto isso,

* Mestra em Linguística pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT/Campus de Cáceres). Professora da Rede Estadual da Educação Básica.

** Mestre em Linguística pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT/Campus de Cáceres). Professor de Português-Inglês da Rede Estadual e Municipal da Educação Básica.

*** Mestra em Linguística pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT/Campus de Cáceres). Professora de Português-Inglês da Rede Estadual e Municipal da Educação Básica.

debruçaremos sobre os sentidos postos na prática e no funcionamento das políticas que subsidiam este sistema avaliativo, que são cristalizadas pelo Estado na Instituição Escolar.

Refletiremos, ainda, sobre a posição-sujeito-aluno enquanto uma posição; a projeção imaginária de uma forma-sujeito com prévio conhecimento sobre a língua. De forma mais recortada, pela escrita, o sujeito é assujeitado às competências e habilidades propostas pelas Avaliações a nível Nacional, como a Prova Brasil¹. Neste processo de assujeitamento, que ocorre de maneira ideológica, há conformação de uma sociedade de lugares, que dita regras, modificando, mensurando e, principalmente, disciplinarizando o aluno.

2 BREVE RETROSPECTO DA PROVA BRASIL

Com o advento do neoliberalismo e da globalização, o panorama social e econômico se modificou profundamente, em um mundo regido pelo sistema capitalista, sobretudo, nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Em meio a tais mudanças no cenário político, social e econômico, o papel do Estado é o de fazer que as regras de mercado sejam cumpridas. Tudo isso afeta, em grande escala, a educação. Surge, por exemplo, a necessidade de melhoria na qualidade da educação. A partir daí, discute-se sobre a importância da implementação de um sistema de avaliação em larga escala no Brasil.

A proposta do Ministério da Educação e Cultura (MEC) era criar um instrumento que pudesse medir a eficácia do ensino, de uma maneira que abrangesse a totalidade, sem fragmentação dos sistemas de ensino. Em 1990 o governo realiza a primeira avaliação; já em 1993 ocorre o segundo ciclo de avaliação do SAEB e a partir daí as provas passam a ser realizadas a cada dois anos.

Diante dessa breve retrospectiva é importante dizer que, compreender as questões referentes à Prova Brasil circunscreve o sujeito na história das políticas educacionais, desde a época republicana, no Brasil, em que se mantinha um ideário e imaginário de ensino da Língua Portuguesa, doravante Língua Nacional, e dos métodos e concepções de linguagem que perpassavam o processo de ensino-aprendizagem até os dias atuais. Segundo Di Renzo (2002, p. 101):

[...] podemos dizer que a questão da língua afeta necessariamente as relações com o Estado e vice-versa, produzindo sujeitos e políticas que procuram, cada vez mais, legitimá-lo, visando a construção da unidade em um determinado modelo de sociedade.

¹ Avaliação da Educação Básica, ofertada a nível fundamental do 5º ao 9º ano.

Ao fazermos um percurso histórico pelas primeiras iniciativas do Estado na implementação de um sistema avaliativo às Instituições Escolares, percebe-se que, em meados do século XIX, ocorre um processo de mudança global, bem como mudanças estatais de ordem política, fazendo com que a avaliação ganhasse um papel importante na verificação, no desenvolvimento sócio político e econômico do país. Segundo Oliveira (2011, p. 17) todo um período histórico de mudanças na Constituição Federal, emendas, e da promulgação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) que faz a passagem de um “sistema nacional da educação” para um sistema nacional de avaliação.

Este deslocamento não configura somente mudanças nas políticas públicas de ensino, mas, possibilita um novo olhar, assim como novos sentidos sobre o que se espera da instituição Escola, sobretudo, do sujeito-aluno enquanto posição discursiva e modelo de cidadania. Posto isso, compreendemos que, a partir das primeiras avaliações em larga escala – a nível nacional – surge a necessidade de se implantar um sistema diagnóstico que possibilite “medir” o desempenho do sujeito, na posição de aluno, de forma que se perceba a efetividade do processo de ensino-aprendizagem em sala de aula, mais especificamente para sua inserção no mercado de trabalho.

Esta breve historicização nos permite, relacionar o nosso objeto de estudo à sua exterioridade constitutiva, possibilitando refletir sobre o processo de avaliação da Educação Básica, particularmente, a Prova Brasil, instituída como um processo inaugural na/para a Educação. Tudo isso recobra uma memória sobre o que é avaliar; como estes fatos históricos significaram naquela época, sobretudo, como os sentidos remontam a formulação e reformulação das políticas de língua para o Estado.

De acordo com a Matriz do SAEB (2011), o Estado compreende que a língua propicia a autonomia do indivíduo e que a mudança na educação deve acontecer a partir da mudança na forma de trabalhar com a língua. Em outras palavras, há de se voltar às bases educacionais e refletir sobre as práticas de ensino de língua nas escolas. Dessa forma, este trabalho possibilita a uma reflexão acerca das relações de poder que subjaz o SAEB e que o transforma em um mecanismo de controle que condiciona a sociedade a uma rígida disciplina.

A avaliação, de âmbito nacional, denominada prova Brasil, é parte constitutiva do SAEB, sendo uma das formas de se avaliar a qualidade do ensino nas instituições escolares e utilizada como subsídio para os cálculos do Índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); neste caso, o rendimento escolar. A principal função desta é funcionar como um meio regulador do Estado, uma vez que, os resultados são comparados por escola, estados e,

também, a nível mundial. Segundo Oliveira (2011) a comparação de resultados, em âmbito internacional, abriu um campo diferenciado no debate das políticas educacionais, uma vez que a avaliação e seus indicadores passaram a ser instrumentos de regulação estatal. Isso nos faz pensar na amplitude e repercussão que a Prova Brasil toma desde que fora instituída.

Ao falarmos de modelos de Avaliação das Escolas Públicas, observa-se que este tem sido o exemplo mais legítimo sobre o ensino da Língua, bem como as concepções de texto, escrita e leitura, no que tange à formação do sujeito enquanto cidadão apto a desempenhar suas competências e habilidades no aprendizado da Língua Portuguesa. Neste caso, a instituição Escola é o lugar autorizado e legítimo para o ensino da escrita/leitura. A este respeito, Orlandi (2004) diz que ainda há certa resistência da instituição que, legitimada pelo Estado, torna-se submissa frente a esse jogo político, na qual está inserida.

As políticas voltadas para o ensino-aprendizagem são impostas pelo Estado e regulamentam o desempenho linguístico por meio de questões estruturais que se pautam nas normas do bem-dizer ou do bem-escrever, ou seja, o Estado impõe categorias de pensamento e comportamento adentrando o domínio subjetivo e o inconsciente do sujeito, ora assujeitado ao Estado, ora à língua, como condição para significar e produzir sentidos ao interpretar determinado objeto simbólico.

A Prova Brasil é constituída e estruturada por questões voltadas para as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Percebe-se um imaginário de aluno que remontam as primeiras ideias da colonização, em que o sujeito, na posição de aluno, deve saber ler, escrever e contar. Daí a necessidade de assegurar este aprendizado por meio do controle de notas em que o sujeito-aluno é levado a agir seguindo uma linha de pensamento, um modelo e, muitas vezes, adotando os sentidos propostos pelas provas ou pelos próprios professores.

Nos gestos de formulação destas políticas educacionais, nos referimos tanto ao sujeito-aluno, quanto ao sujeito-professor, que aplica as avaliações e está no lugar de quem é autorizado ao ensino das disciplinas. A este respeito, Tardif (2002) afirma que os professores serão sujeitos do conhecimento quando forem atores de sua prática e não apenas executores das reformas da educação. Estas são questões que devem ser vistas, trabalhadas e discutidas, pois só assim poderemos transpor as barreiras impostas pelo Estado-regulador.

As instituições escolares recebem incentivo para a aplicação da Prova Brasil. A seguir, no discurso da secretária adjunta de políticas educacionais – Fátima Aparecida da Silva Resende – da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC), em sua carta direcionada às Escolas, diz:

Precisamos ter um olhar para o IDEB de 2011 como sinalizador de boas práticas educacionais (...). Nos anos finais com a média 4,3 e no Ensino Médio com a média 3,1. Avançamos muito, mas precisamos avançar muito mais, Vamos “ler” os números para além e pegar os indicadores para fortalecer nossas metas. Que o nosso fazer educacional seja sempre em prol de uma educação com qualidade social. (RESENDE, 2012, p. 1).

Percebe-se a preocupação pela obtenção de dados produzidos e não a compreensão destes, o que possibilitaria o avanço nos trabalhos pedagógicos e, conseqüentemente, o processo de ensino-aprendizagem, remetendo a uma memória de *repetição mnemônica* (cf. Orlandi, 2012) dos resultados.

Diante da demora em se mostrar o resultado das referidas provas, pode-se perceber que o foco é direcionado, tão somente, ao desempenho das escolas, pois ao se calcular os dados do IDEB, o Estado, enquanto Aparelho Ideológico assegura o seu controle através das notas, principalmente, porque as Escolas têm metas a serem cumpridas e atingidas.

3 O IMAGINÁRIO DE UM SUJEITO-ESCOLARIZADO

Primeiramente, é importante se dizer que, quando se fala em avaliação em larga escala inúmeros discursos sobre “exclusão” emergem, no entanto, não adentramos no presente assunto, mesmo sabendo que esta é uma questão recorrente e merece reflexões aprofundadas.

Sabe-se que avaliar competências e habilidades do sujeito-aluno, a partir da Prova Brasil, é uma prática que produz um imaginário de sujeito, muitas vezes, incapaz na prática da interpretação. Os discursos que circulam sobre o sujeito-escolarizado, como o lugar autorizado da língua normatizada, repercutem no descompasso entre o imaginário de “real” *versus* “ideal” da política avaliativa do Exame. Em outras palavras, observa-se que a avaliação torna-se o produto final de um ciclo, em que o aluno precisa, obrigatoriamente, atingir determinada pontuação. Entretanto, observa-se, a partir dos resultados estatísticos do INEP, que há uma dispersão de sentidos, que é o efeito de incapacidade do sujeito-aluno. Trazemos, então, o aluno como um sujeito, que tende a superar e suprir as necessidades da ordem mundial. Ou seja, o aluno fracassado, o sujeito do déficit (enquanto um pré-construído), deve estar engessado pelo “saber” e aos ditames da Educação. Em outras palavras, ou se encontra lugar no mercado, ou se está fora.

Trazemos Foucault (2009) que, ao refletir sobre a sociedade do controle e do poder, afirma que a disciplinarização e normatização obrigam a homogeneidade, isto é, enquadra o indivíduo em uma forma, uma maneira que não aceita o desvio. Esse poder de

regulamentação individualiza o sujeito, fazendo com que se construa uma escala que possa medir os níveis. Diante do que nos afirma o autor (op.cit), compreendemos, assim como Costa (2014), que um conjunto de normas funciona para comparar, diferenciar, hierarquizar, homogeneizar e excluir os sujeitos numa sociedade capitalista que, por sua vez, visa a classificação e a distribuição de lugares e/ou posições. É dessa forma que pensamos o sujeito-escolarizado: fruto do real, de uma prática calcada em muitos anos de história, desde o processo de catequização dos índios.

Posto isso, observa-se que as competências consideradas para a avaliação são quantificadas de acordo com o que se espera de um aluno que chega ao término do ensino médio, após onze anos na escola. Di Renzo (2008) diz que, historicamente, a Escola funcionou como “adestradora”, na disciplinarização dos alunos. Os professores tinham a tarefa de transformá-los em máquinas, fazendo-os obedecer às regras e punir aqueles que desviassem das normas. O posicionamento da autora nos faz pensar na posição da escola em relação ao sujeito-escolarizado, que saiba ler e escrever, apropriando-se de um saber ‘sobre’ a língua.

Dessa forma, o discurso dominante sobre a língua, na sociedade capitalista, é o da língua que tem correção, regularidade e unidade imaginária. No entanto, é necessário que este sujeito não só saiba a língua, mas saiba que a sabe (ORLANDI, 2005), pois cabe à Escola a formação do aluno, enquanto sujeito-escolarizado, sujeito do conhecimento e da língua.

Percebemos, assim, não apenas um imaginário de ensino de língua, mas, o de um sujeito-aluno que possua os requisitos necessários para desenvolver-se dentro e fora do contexto escolar. Segundo dados obtidos nas Matrizes de Referência do SAEB e Prova Brasil (2008, p.35) é diagnosticado o tipo de sujeito-aluno que se quer formar: para a elaboração dos itens do SAEB e da Prova Brasil, buscou-se uma associação entre os conteúdos da aprendizagem e as competências utilizadas no processo de construção do conhecimento. Observa-se que há certa desconsideração do aluno enquanto sujeito-histórico nas práticas pedagógicas, sendo este, apenas um reprodutor do conhecimento administrado e regulado na materialização das políticas públicas por meio de documentos oficiais como os PCN, Diretrizes Curriculares, etc. Segundo Araújo (2010, p. 2):

Ao reconhecermos cada sujeito como produtor de história e de cultura somos desafiados a construir parâmetros públicos que possam qualificar nossa agir na em sociedade, no caso das políticas educacionais sua materialização está exatamente na perspectiva de concebermos a educação como práxis social que contemple a garantia formal de direitos e a exigência da cidadania.

Outro recorte da Matriz de Referência do SAEB e da PROVA BRASIL (2008, p. 114)

afirma:

Cada matriz de referência apresenta tópicos ou temas com descritores que indicam as habilidades de Língua Portuguesa e Matemática a serem avaliadas. O descritor é uma associação entre conteúdos curriculares e operações mentais desenvolvidas pelo aluno, que traduzem certas competências e habilidades. Os descritores: indicam habilidades gerais que se esperam dos alunos.

Podemos destacar, neste trecho, a intrínseca relação entre competências e habilidades, pressupondo uma forma-sujeito que se relaciona com a língua, tendo que usá-la ao ser inserido nas condições de produção do Sistema de Avaliação da Educação Básica, neste caso a Prova Brasil. Esta relação possibilita o efeito de individualização do sujeito, que deve reproduzir os conhecimentos sobre a língua nacional por meio de sua escrita e, conseqüentemente, seu desempenho. A língua escrita, neste modelo de avaliação, é tida como um objeto homogêneo, fechada nela mesma o que impossibilita outras interpretações, decorridas da história de leitura e do modo como é afetado pelas condições de produção. Em relação ao desempenho, este é mensurado conforme o número de acertos nas questões estruturadas a partir da interpretação do texto que lhe é apresentado.

Observa-se, assim, que a forma-sujeito não é apenas assujeitado à língua, mas, a uma forma de comportamento e pensamento, igualmente direcionada ao sentido, como se este fosse único, literal. Há de se pensar que isso reduz a capacidade do sujeito-aluno à repetição superficial e literal, isto é, do que já está posto no texto, do já-dito, que lhe é apresentado para interpretar. Tudo isso, pressupõe uma relação “ingênua” do sujeito, como se fosse possível atribuir uma relação termo-a-termo entre linguagem e mundo. No entanto, como se sabe, esta é passível de rupturas, deslizamentos, falhas e equívocos.

Dessa forma, ao mobilizar os conhecimentos linguísticos projetados nas provas de Exames Nacionais, mais especificamente, a Prova Brasil, o sujeito-aluno se inscreve em determinada posição discursiva de modo não-aleatório, mas, mediante um saber político discursivo já cristalizado, que se materializa pela escrita ou até mesmo pelo silenciamento. Portanto, o sujeito-aluno, ao realizar a Prova Brasil, busca atravessar o texto e, assim, encontrar um sentido já posto, estabelecido e cristalizado, ou seja, na ilusão de transparência da linguagem, de sentido único. Observa-se, portanto, que este sujeito-aluno apenas reproduz o que lhe fora posto; recortando aquilo que já foi dito, sendo levado a retomar o texto e repetir uma informação já posta.

Na perspectiva da Análise de Discurso, a língua faz sentido, enquanto trabalho simbólico, quando relacionada ao trabalho social, constitutivo do homem e da sua história. Busca-se, dessa forma, compreender como um texto significa, concebendo a linguagem como não transparência dos sentidos, o que permite várias possibilidades de interpretação. Assim, o sentido não está apenas nas palavras, e não depende do ponto de vista de seu interlocutor, mas joga com sua exterioridade constitutiva, ou seja, nas condições de produção em que é realizado o dizer. Estas condições dizem respeito ao sujeito e à situação ou, em sentido mais amplo, abrangem o sujeito e o contexto sócio-histórico e ideológico.

Segundo Orlandi (2005, p. 45), diante de qualquer objeto simbólico, o homem é levado a interpretar. Entende-se, que este trabalho de interpretação não é arbitrário, o que o inscreve numa posição discursiva que atravessa o modo como ele se constitui no discurso e o contexto sócio-histórico que envolve tal posição. Esta posição também é trabalho da ideologia; por isto, ao submeter-se à realização da Prova Brasil, o sujeito-aluno se inscreve em determinada posição discursiva, determinando gestos de interpretação que, por sua vez, fazem parte da exterioridade constitutiva do discurso.

Sendo assim, este sujeito-aluno é assujeitado aos moldes da cultura escolar, no qual ele é disciplinarizado através do currículo escolar, das disciplinas e, principalmente, no tocante à avaliação, que reduz o processo de ensino-aprendizagem a uma única nota. Ou seja, observa-se a redução do aprendizado de vários sujeitos a um modo único e individualizado, que de acordo com as Matrizes de Referência buscam diagnosticar a qualidade do ensino e perceber as reais necessidades dos alunos, no que diz respeito à aprendizagem.

Diante de tudo isso, percebe-se um espaço de contradição a partir de tais políticas, ao visualizar a proposta inicial do ensino contido nos PCN, que se baseia em formar cidadãos autônomos e críticos. O aluno, na presente análise, é levado à interpretação hermenêutica, administrando os sentidos, não possibilitando os gestos de autoria de um sujeito que se marca e argumenta neste processo de constituição político e ideológico das políticas voltadas para o ensino na Educação Básica. Por isto, é necessário que, além de índices ou notas, perceba-se a real necessidade de tais resultados transporem as práticas pedagógicas, e assim fomentar o investimento e elaboração de políticas que contribuam para a melhoria do ensino.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme Orlandi (2012) não se suspende um trabalho sem deixar espaço para novas reflexões. Nesse sentido, pensar a Educação Básica, no país, requer um olhar atento e

minucioso mediante tantos debates e pesquisas acerca do referido tema. Por isto, a instituição escolar, enquanto principal Aparelho Ideológico do Estado, institui e administra o que pode e deve ser ensinado, assegurando o cumprimento dos projetos educacionais, que vêm sendo reajustados e atualizados conforme as condições de defasagem nos referidos índices.

Ao olharmos, portanto, os discursos sobre a perspectiva da Prova Brasil e, conseqüentemente, o IDEB, em relação à educação, percebemos uma contradição na forma de assegurar a educação através do controle de notas, em que se foge da perspectiva inicial, que tinha por objetivo diagnosticar a situação atual, com vista à melhoria nas condições pedagógicas de ensino, numa sondagem através das médias e da elaboração de políticas que visassem ações para o fortalecimento da educação pública ofertada a nível nacional.

Diante disso, observa-se, ainda, que o Estado – representado pelo SAEB – legitima um discurso voltado para a melhoria da qualidade da Educação Básica. Entretanto, a partir de certos desmembramentos, tais como a repercussão dos resultados estatísticos expostos na mídia, dão a ler um discurso que não corrobora para o desenvolvimento dos estudantes brasileiros, sobretudo, para o avanço no processo de ensino-aprendizagem. Compreendemos, dessa forma, que há um silenciamento em relação ao discurso dominante do Estado, pois as Escolas, muitas vezes, para preencherem os “espaços vazios” de uma “verdade dominante” passam a treinar os alunos, como forma de adestrá-los; moldando-os para as respectivas avaliações em larga escala.

A disparidade das médias finais, obtidas pelas escolas, nos faz refletir sobre as categorias díspares (melhor-pior), que repercutem em um imaginário de ‘avaliação modelo’; capaz de estratificar a qualidade do ensino nas instituições do país. Em decorrência disso, gera-se uma concorrência desleal em busca das melhores escolas, do melhor modelo de ensino, enfim, da instituição capaz de preparar o sujeito-aluno para a avaliação.

Nota-se que o interesse do Estado pelos *rankings*, gera apressadas conclusões, extraídas de resultados numéricos, relacionando as notas dos alunos à ‘qualidade’ das escolas e, conseqüentemente, do ensino no Brasil. Todavia, este é um resultado engessado no imediatismo e na literalidade, na qual se cria uma relação de disputa entre as instituições, pois o fato de classificá-las hierarquicamente, tem a ver com algo maior, como as políticas de Estado. Em outras palavras, o INEP faz emergir severas e desleais competições entre as instituições e o efeito dessa política competitiva materializa-se no apagamento de umas e no destaque de outras.

Dessa forma, compreendemos que uma classificação numérica não pode ficar restrita ao *marketing*, à venda de informações e de notícias midiáticas, considerando as distintas

condições político-sociais que permeiam os Estados e as escolas. Por isto, ao iniciarmos este estudo sobre as formas nacionais de avaliação, mais especificamente a Prova Brasil, nos referimos às principais legislações que regem as políticas públicas que são voltadas para o ensino e, mais do que isso, analisamos o processo avaliativo, a fim de entender e problematizar a sugestão de alguns dados relevantes que poderão ser repensados na afirmação de tais políticas. Tudo isso, nos fez perceber, entre outras coisas que, neste processo de assujeitamento, o apagamento do sujeito-aluno, o que cria um imaginário de homogeneização do cidadão, desconsiderando um sujeito-autor com visão crítica da realidade à sua volta.

THE INSTITUTIONALIZATION OF “PROVA BRASIL” AND THE SUBJECT-EDUCATED FORMATION

ABSTRACT

This work, affiliated to the French Discourse Analysis, discusses the institutionalization of evaluation called "Brazil Proof", as a public policy legitimated by the state and by the Basic Education Evaluation System. In this way, we aim to understand and analyze the legislation establishing the Brazil Exam and the establishment of school subject in its relationship with the state, especially the formation of the subject educated arising from these evaluation practices. Analyses made us look at a contradiction in place in order to provide education through the control notes. We also observed that the state holds one facing speech to the improvement of basic education quality, however, the impact of statistical results gives reading a speech that does not support the development of Brazilian students, especially for advancement in the teaching process -learning.

Keywords: discourse; basic education; Brazil proof; public policy.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Vania Carvalho. **Fundamentos e Bases da Política de Educação**. Revista da Prefeitura de Vitória, 2010.

CASTELLANOS PFEIFFER, C. R. Retórica: sujeito e escolarização. In: Eni P. Orlandi; Eduardo Guimarães. (Org.). **Institucionalização dos estudos da linguagem: A disciplinarização das ideias linguísticas**. Campinas: Pontes, 2002, v. 1, p. 139-153.

DI RENZO, A. "Liceu Cuiabano: língua nacional, religião e estado". Em ORLANDI, E. P. e GUIMARÃES, E. (Org.). **Institucionalização dos estudos da linguagem: A disciplinarização das ideias linguísticas**. Campinas: Pontes, 2002.

OLIVEIRA, Ana Paula de Matos. **A Prova Brasil como política de regulação da rede pública do Distrito Federal**. Dissertação (mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**, Eni P. Orlandi 8ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. **A história do sujeito-leitor: uma questão para a leitura**. Discurso e leitura. Campinas: Pontes, 1988.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: Prova Brasil: ensino fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SEB; Inep, 2008. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/prova-brasil-e-saeb/historico>>. Acesso em: 01 nov. 2013.

Recebido em 25 de julho de 2015. Aprovado em 09 de outubro de 2015.